

APRESENTAÇÃO

Luciana Heymann

Em 2022, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, marco de reflexões e propostas para os museus da América Latina, completou 50 anos. Para comemorar a data, a Casa de Oswaldo Cruz (COC) organizou um seminário do qual esse *e-book* é resultado. Nem todas as comunicações estão representadas em capítulos, e à publicação foram agregados textos de pesquisadores envolvidos com o evento, instigados a refletir sobre a ressonância da Mesa de Santiago nas transformações ocorridas no campo dos museus nas últimas cinco décadas. Trata-se assim de uma obra que celebra o cinquentenário de, pelo menos, duas formas: refletindo sobre o evento — suas condições

de possibilidade, dinâmicas e tensões — e analisando contextos contemporâneos à luz de valores afirmados e desafios propostos em maio de 1972.

Não custa lembrar que a Mesa de Santiago reviu o papel dos museus latino-americanos em um contexto identificado como de mudanças políticas, econômicas e culturais que estariam a exigir novo posicionamento da Museologia e de seus profissionais. A resposta a essas mudanças seria o “museu integral”, conectado à sociedade na qual está inserido, atento a seus problemas e demandas, ativo no engajamento da comunidade, interdisciplinar e acessível a todos. Sua missão seria então ligar “o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais”.³ Nesse sentido, caberia ao museu operar como agente propulsor de transformações, sempre em sintonia com o território e a comunidade circundantes, seja no meio rural ou no urbano.

À Mesa Redonda convocada pela UNESCO em 1972 não escapou a exortação do papel educativo do museu, entendido como “agente incomparável da educação permanente da comunidade”⁴ e cuja ação deveria estar integrada às respectivas políticas nacionais de ensino. Na base dessa proposta estava a percepção de que, diferentemente do que ocorria em países considerados mais desenvolvidos, nos quais diversos organismos atuavam na produção de conhecimento e valorização do patrimônio

3 Declaração de Santiago do Chile 1972. Cf. <<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

4 Idem.

natural e cultural, na América Latina caberia aos museus desempenhar esse papel.

As propostas formuladas no encontro não foram incorporadas sem tensões e divergências. Manifestou-se o receio de que os museus perdessem sua identidade no afã de cumprir missões que, para alguns, não lhes diziam respeito. Preocupações com a formação dos profissionais, exortados a desempenhar novas atividades ou a atualizar antigas práticas, também ecoaram. Ainda que o documento que resultou do encontro, a Declaração de Santiago, tenha sido explícito ao reconhecer a validade dos museus de então e a pertinência dos museus especializados, o tom geral do documento não deixa dúvidas quanto ao convite à renovação dos museus latino-americanos.

A proposta de criação da Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), registrada no documento final, acabou não se concretizando na ocasião, mas é indicativa da preocupação com uma maior integração entre museus e profissionais da região e uma presença forte junto ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Assim, o movimento de renovação regional deveria ocorrer concomitantemente ao rearranjo de peças no tabuleiro da política internacional de museus.

Esse brevíssimo sumário de questões, e muitas outras, estão contemplados nas análises de autoras e autores aqui reunidos. Na primeira parte do livro, intitulada “Novas miradas para a Mesa de Santiago: história, memória e educação”, os capítulos destrincham significados e desdobramentos do encontro de Santiago, a começar pelo texto de Leonardo Mellado González, presidente do ICOM Chile e conferencista do seminário realizado na COC. Seu texto, “La Mesa de Santiago y el museo integral, tres enfoques para entender su papel social” discute

o atributo “integral” associado aos museus em 1972 e, a partir de uma perspectiva crítica, propõe novos entendimentos ao desafio da integração.

Luciana Souza, cujos trabalhos sobre a história da Mesa Redonda de Santiago têm contribuído para a compreensão do evento, seus antecedentes e condicionantes, discute as fontes históricas por meio das quais é possível analisá-la, sem descurar do contexto político mais amplo que possibilitou e, ao mesmo tempo, limitou sua realização. Seu capítulo, “A Mesa Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: um objeto de pesquisa acadêmica”, aponta também desdobramentos teórico-metodológicos da Declaração de Santiago e caminhos de pesquisa ainda não percorridos.

O capítulo “A Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972: revisitada 50 anos depois”, de Maria Esther Valente, referência nos estudos sobre museus de ciência e educação museal, elucida dimensões pouco exploradas nas reflexões sobre o evento, com destaque para a resistência dos profissionais às propostas formuladas no encontro. O olhar acurado sobre o tradicionalismo da área, porém, não condiciona sua avaliação. Valente contesta manifestações que sugerem que as propostas da Declaração de Santiago pouco repercutiram nos museus, sugerindo uma releitura de seus desdobramentos.

Carla Gruzman e Andréa Fernandes Costa centram sua análise nas discussões que envolveram o binômio “museu e educação”, em 1972, buscando investigar tanto as matrizes teóricas que animaram o debate como possíveis efeitos no campo brasileiro da educação museal. No capítulo intitulado “Educação e formação profissional a partir da Mesa de Santiago – cenários, contribuições e (in)visibilidades”, as autoras investigam os impactos

das proposições do evento nos dois cursos de formação em Museologia então existentes no país, bem como em outras iniciativas de formação implantadas nas décadas de 1970 e 1980, fornecendo um quadro compreensivo de personagens e instituições.

Fechando a primeira parte do livro, Juliana Siqueira propõe rever o postulado de que os museus devem estar a serviço da sociedade à luz da crítica decolonial. Segundo a autora, no universo intercultural latino-americano “nem se pode considerar a existência de uma única sociedade, nem se pode afirmar que seu arranjo hegemônico tem produzido a justiça ou o bem-viver.” O capítulo “A Mesa de Santiago e o giro decolonial latino-americano: chaves para abrir a ‘palavramundo’ da Educação Museal” aponta para o caráter mediador dos museus, mas também para a persistência de hierarquias e cosmovisões que comprometeriam uma real integração entre o museu e seus públicos.

A segunda parte do livro, “Novos paradigmas, políticas e poéticas”, também é composta por cinco capítulos. Os textos enfocam, sobretudo, desenvolvimentos contemporâneos do campo museal e a ressonância (ou não) dos preceitos propagados pela Mesa de Santiago. Alice Semedo conduz uma reflexão provocadora e sensível acerca do que pode o museu no contexto de urgências e do paradigma de crise profunda que caracteriza nosso tempo, revisitando questões colocadas pela Mesa de Santiago: “O que é um museu?”, “Qual o seu papel no mundo?”, “Pode um museu mudar o mundo?”. Semedo aposta em uma ética de amor como caminho para a atuação transformadora dos museus hoje, condicionada a um olhar permanentemente autorreflexivo e crítico. Seu texto é um convite à imaginação.

No capítulo “Reverberações da Mesa Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: a chegada do Nosso Sagrado e a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”, Mario Chagas, Renata Gonçalves e Simone Vassallo propõem refletir sobre o papel dos museus no contexto da pandemia de Covid-19. Sem que tenha sido premeditado, o texto dialoga com as exortações de Seme-do, ao mostrar como a função social dos museus pode ser ressignificada em contextos de crise a partir da adoção de práticas de escuta e de políticas de cuidado. No auge da pandemia, o Museu da República abriu suas portas como posto de vacinação, engajamento inequívoco diante de uma crise que combinava emergência sanitária e negacionismo científico.

O capítulo “A Mesa de Santiago do Chile: contexto e respostas no Museu da Vida Fiocruz” faz um apanhado do contexto político de crise democrática que marcou a década de 1970 na América Latina, em diálogo com o crescimento de políticas reacionárias e extremistas na atualidade. Maria Paula Bonatto e William Souza analisam a recente experiência de atualização do plano museológico do Museu da Vida Fiocruz, sobretudo, no aspecto da escuta territorial — o museu está localizado no campus Fiocruz, entre os territórios de Manguinhos e Maré — que revelou demandas concretas das comunidades nas áreas de cultura, emprego, educação e saúde. A Declaração de Santiago, segundo os autores, segue operando como norte, sempre sujeita a atualizações.

Tony Boita e Rosana Ribeiro Borges também acionam a Mesa-Redonda de Santiago como referência para pensar conexões entre os campos da Comunicação Comunitária e da Museologia Social. No capítulo “Comunidades não normativas, Comunicação Comunitária e

Sociomuseologia: reflexões sobre o papel social das instituições de memória”, os autores apresentam conceitos e premissas desses campos, entendidos como estratégicos para a emergência de museus e iniciativas comunitárias de memória pautados pela comunidade LGBT a partir do final da primeira década do século XXI.

No último capítulo, “Desafios para uma curadoria da vida nos museus”, Alda Heizer e Rafael Zamorano Bezerra discutem os sentidos políticos implicados na curadoria em museus. Os autores percorrem iniciativas desenvolvidas para aquisição de acervo e montagem de exposições, atentos às escolhas e aos significados atribuídos a objetos e narrativas. A exposição encomendada pelo governo federal para celebrar os 200 anos da independência do país, em 2022, para a qual foi solicitado o envio do coração de D. Pedro I de Portugal para o Brasil, verdadeiro elogio ao passado imperial, serve de mote para discutir as conexões entre memória e poder e animar o chamamento por uma curadoria da vida, aberta ao futuro.

Os dez capítulos que compõem o livro desenham um panorama multifacetado de questões. Esperamos que ele circule e reverbere, junto a museus e seus profissionais, mas também junto a projetos e iniciativas de memória e cultura menos institucionalizados, de maneira que outras vozes venham se somar ao debate. Com o governo que tomou posse em 1.º de janeiro de 2023 retomamos o caminho das políticas públicas de cultura de viés democrático e participativo. Que seja um ciclo de renovação e prospecção de novos caminhos para os museus. A Declaração de Santiago segue como referência e inspiração.

Rio de Janeiro, abril de 2023.